

O reconhecimento de adquiridos experienciais no ensino superior: percursos individuais de aprendizagem

Ana Luísa de Oliveira Pires *

Ana Margarida Pinto Ferreira **

* Coordenadora Científica da UDRVC-IPS, Professora Coordenadora da ESE-IPS

** Técnica Superior da UDRVC-IPS

Introdução

As políticas educativas europeias e nacionais têm procurado, entre outros aspectos, promover a participação de públicos ditos «não tradicionais» no ensino superior (ES) — nomeadamente os adultos inseridos no mundo do trabalho, que abandonaram o sistema educativo pouco qualificados escolar ou profissionalmente ou que pretendem adquirir outros níveis de qualificação. No entanto, o alargamento do acesso e da participação dos adultos não se esgota na implementação de mecanismos facilitadores da entrada: torna-se necessário analisar e desenvolver as condições que garantam a continuidade e a evolução dos novos públicos no seio dos sistemas educativos. (Pires, 2008). Tal como Farzad e Paivandi (2000) advogam, o modelo linear dos sistemas educativos tradicionais tem de evoluir para um sistema mais compreensivo das especificidades dos diferentes públicos de forma a permitir aos adultos percursos educativos satisfatórios. O reconhecimento de adquiridos é, nesta perspectiva, uma resposta a essa exigência, na medida em que procura respeitar as singularidades que compõem as trajetórias e as aprendizagens anteriores de cada pessoa.

Neste poster apresenta-se uma experiência inovadora no ensino superior em Portugal, que consiste na implementação de um dispositivo de reconhecimento e validação de adquiridos experienciais. Com o Processo de Reconhecimento e Validação de Competências do Instituto Politécnico de Setúbal (Processo RVC-IPS) pretende-se creditar competências adquiridas — através de aprendizagens não formais e/ou informais — a todos os estudantes do IPS que possuam três ou mais anos de experiência profissional, ou outra relevante, na área do curso ou das Unidades Curriculares (UC) que frequentam. Este processo, regulado institucionalmente (IPS, 2009), enquadra-se nas disposições legislativas decorrentes da concretização do Processo de Bolonha em Portugal (Dec.-Lei n.º 74/2006; Dec.-Lei n.º 107/2008).

Enquadramento Teórico

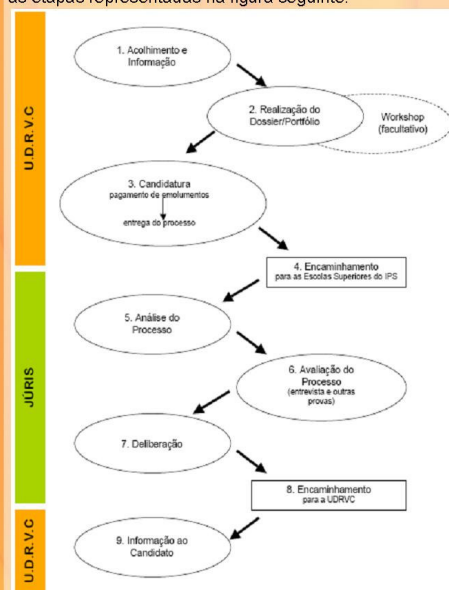
O R.V.C. no ES destina-se a efeitos exclusivamente académicos, na medida em que tem em vista o prosseguimento de estudos para a obtenção de um grau académico ou diploma (CNAVES, 2002; Dec. Lei n.º 74/2006). Este processo, em termos educativos, permite não apenas a re-elaboração das aprendizagens informais e não formais à luz de um referencial de competências formal (fornecido pela estrutura curricular de cada curso), como ainda a construção de um percurso específico de aprendizagem para cada estudante, no âmbito das UC que integram o plano de estudos.

A filosofia educativa subjacente, enquadrada nas abordagens da auto-formação e da aprendizagem experiencial (Dominicé, Josso, Landry, Pineau, entre outros, cit. por Pires, 2005) traduz-se nas finalidades do dispositivo, na estrutura organizativa e nas estratégias pedagógicas preconizadas. Para além de se pretender desenvolver nos candidatos ao processo RVC a capacidade de reflexão sobre a experiência e a tomada de consciência dos saberes adquiridos experiencialmente, procura-se construir um percurso individual de aprendizagem de forma a respeitar por um lado os adquiridos e por outro as necessidades específicas de cada adulto.

Pretende-se desenvolver um dispositivo baseado em estratégias de “individualização autonomizante” (Carré cit. por Prévost, 1994), potenciando os processos de aprendizagem dos adultos pela articulação e aproximação da dimensão individual com a institucional.

Metodologia

O Processo RVC-IPS organiza-se de acordo com as etapas representadas na figura seguinte.



O resultado do processo pode contemplar:

a) a **validação total** — obtenção total do número de créditos previstos na U.C.; b) a **não validação** — não é atribuído qualquer crédito na U.C.; c) a **validação parcial** — creditação de uma parte do número total de créditos da U.C.

Existem dois instrumentos chave no processo RVC-IPS: - os referenciais de competências - o dossier/ portfólio de competências.

O referencial é constituído pelas competências enunciadas nos programas das UC. O modelo de dossier/portfólio, por sua vez, foi construído de modo a promover a reflexão não só sobre os diferentes tipos de experiências, como também sobre as competências que lhes estão associadas.

Referências

- Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior (2002). *Parcer n.º 9 sobre o documento Intitulado Validação e creditação de formação e experiência no ensino superior — Documento de princípios*. Acedido a 16 de Fevereiro de 2009 em: http://www.cnaves.pt/DOCS/Parceres/parcer_09.pdf.
- Farzad, M. & Paivandi, S. (2000). *Reconnaissance et Validation des Acquis en Formation*. Paris: Ed. Anthropos.
- Instituto Politécnico de Setúbal (2009). *Regulamento do Processo de Reconhecimento e Validação de Competências*. Disponível em: <http://www.ips.pt>.
- Pires, A. L. (2005). *Educação e formação ao longo da vida: análise crítica dos sistemas e dispositivos de reconhecimento e validação de aprendizagens e de competências*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências e Tecnologia — Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Pires, A. L. (2008). *Aprendizagem de adultos: contextos e processos de desenvolvimento e reconhecimento de competências*. Comunicação apresentada no Seminário Novos Públicos no IPS: os Maiores de 23 anos. Setúbal. Acedido a 16 de Fevereiro de 2009 em: http://www.ips.pt/ips_si/web_gessi_docs/download_file?p_name=F446570191/Aprendizagem_de_adultos.pdf.
- Pires, A. & Ferreira, A. M. (2009). *Guia do Processo RVC-IPS*. Setúbal: Instituto Politécnico de Setúbal. Disponível em: <http://www.ips.pt>.
- Prévost, H. (1994). *L'individualisation de la formation. Autonomie et/ou socialization*. Lyon: Editions Chronique Sociale.
- Sarradin, N. (2008). *VAE partielle et construction des parcours individualisés de formation: quelle réalité?*. In Moussi-Le Gall (coord.), *Validation des acquis de L'Expérience. Retour d'expériences à l'université* (pp. 63-76). Paris: L'Harmattan.

Resultados

O resumo das candidaturas e dos respectivos resultados correspondentes ao ano de 2009 (período desde o qual o Processo RVC se encontra implementado no IPS) estão representados no quadro seguinte.

Candidaturas	Validações (UC)	
Processos	23	Totais 37
UC	64	Não validação 14
ECTS	448	Parciais 13

No caso das validações parciais, que ocorrem quando as aprendizagens/ competências demonstradas correspondem apenas a uma parte das que a UC visa desenvolver, o Júri define um plano individual de formação para a obtenção dos créditos em falta. Na grande maioria dos Processos RVC realizados estes planos envolveram:

- a dispensa de frequência das aulas;
 - a indicação de um trabalho visando adquirir conhecimentos/ desenvolver competências não demonstrados; ou promover a componente reflexiva incluída no programa da UC;
 - a nomeação de um tutor de acompanhamento.
- No quadro seguinte apresenta-se um resumo dos planos indicados a cada candidato:

Validações Parciais - actividade a desenvolver (UC)	
Trabalho/relatório com sessões de tutoria obrigatórias	5
Trabalho com nomeação de tutor	4
Trabalho de projecto com nomeação de tutor	3
Realização de uma prova escrita e de uma prova oral	1

Considerações Finais

A decisão de validação parcial e a consequente definição do plano individual de formação — que visa prescrever as modalidades de aquisição de conhecimentos e competências necessárias à creditação total da(s) UC(s) em causa — são etapas delicadas do processo. Para além da enunciação das necessidades do candidato, o Júri deverá indicar claramente as modalidades adequadas para a aquisição de competências em falta. A prescrição do Júri deverá ser exequível para o candidato e coerente com os objectivos a atingir (Sarradin, 2008).

Como refere Sarradin (ibidem), o público-alvo destes dispositivos — de perfis atípicos e de horizontes diversos —, apesar de minoritário, vem confrontar os dispositivos clássicos do ensino superior e contribuir para a sua reconsideração, e desejavelmente para a sua evolução. A contratualização de percursos individualizantes de aprendizagem é feita a diferentes níveis e com distintos intervenientes. Implica a negociação de conteúdos, de tempos, de presenças, de recursos humanos e materiais, de modalidades de avaliação.

A implementação de práticas de reconhecimento e validação de adquiridos experienciais no ES visa promover benefícios individuais e institucionais que vão muito para além da concessão de créditos dentro de um plano de estudo. Permite uma maior auto-confiança, participação e iniciativa dos estudantes no seu desenvolvimento educativo; a rentabilização dos percursos e dos recursos; maior igualdade de oportunidades; e ainda o incentivo a práticas de aprendizagem ao longo da vida, entre outros (Pires & Ferreira, 2009). Coloca-se a questão de saber até que ponto estarão as instituições preparadas para enfrentar os novos desafios colocados pelo RVC e ainda saber como as poderemos dotar das competências e das condições necessárias.